

RESSALVA

Atendendo solicitação do autor,
o texto completo desta
dissertação será disponibilizado
somente a partir de 18/11/2020.

FELIPE FERREIRA PINTO

**NARRATIVAS SOBRE A PRÁTICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA
ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE
GESTÃO DO TRABALHO**

ASSIS

2019

FELIPE FERREIRA PINTO

**NARRATIVAS SOBRE A PRÁXIS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA
ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE
GESTÃO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em
Psicologia (Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Dr. Silvio Yasui

ASSIS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

P659n Pinto, Felipe Ferreira
Narrativas sobre a práxis na Assistência Social: uma análise sobre a proteção social e o processo de gestão do trabalho / Felipe Ferreira Pinto. Assis, 2019.
92 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Silvio Yasui

1. Políticas públicas - Brasil. 2. Política social - Brasil.
3. Assistência social - Brasil. 4. Bem-estar social.
5. Práxis (Filosofia). I. Título.

CDD 361.61

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: NARRATIVAS SOBRE A PRÁTICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE GESTÃO DO TRABALHO

AUTOR: FELIPE FERREIRA PINTO

ORIENTADOR: SILVIO YASUI



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. SILVIO YASUI
Departamento de Psicologia Social e Educacional / UNESP/Assis

Profa. Dra. ANA MARIA RODRIGUES DE CARVALHO
Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho / UNESP/Assis

Profa. Dra. ABIGAIL SILVESTRE TORRES
PUC / São Paulo/SP

Assis, 18 de novembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Permito-me, neste momento, estender os cumprimentos formais e agradecer a todas(os) que fizeram ou fazem parte do meu percurso histórico.

Agradeço à Universidade Pública por oportunizar que a produção do conhecimento e da resistência por uma educação de qualidade enquanto postura ética e política seja uma eterna “balbúrdia”.

Agradeço, neste sentido, às trabalhadoras(es) da Universidade, em especial à seção de pós-graduação, pela dedicação diária em manter a UNESP de Assis como uma das melhores Universidades deste país.

Agradeço ao Sivaldo “Sival”, pelos momentos descontraídos e acolhedores em todos os dias que a portaria da Unesp mais parecia a porta da minha casa.

Agradeço à minha banca de qualificação e defesa: Abigail Torres, Mariana Prioli e Ana Maria de Carvalho. Obrigado pela disponibilidade, atenção, cuidado e dedicação com meu trabalho. Pessoas como vocês me fazem acreditar que o conhecimento na Universidade é feito por pessoas e suas histórias.

Agradeço ao meu orientador, Silvio Yasui, pela escuta peripatética e acolhedora, por acreditar na continuidade desta pesquisa quando mais precisei. Sua postura ética e sensível me inspiram à construção de um mundo melhor a partir de nossas práticas.

Agradeço ao Joari e à Rita, pela amizade e companheirismo no compartilhamento de ideias e afetos. Pelo compromisso coletivo diário por uma Psicologia ética, construída todos os dias e em todos os lugares.

Às(aos) trabalhadoras(es) do SUAS, agradeço pelo compartilhamento de histórias, afetos, lutas e resistências que buscam uma sociedade, mais justa e igualitária.

Agradeço ao Mateus Pedro por ser o amigo de todas as horas, por me conectar com as minhas origens, pelos roles todos e por ser o irmão que a vida me deu.

Aos amigos que Assis me deu, agradeço por cada momento compartilhado. De perto ou de longe: Juliana Bessa (me ajuda, gente!), Maico, “primo” (Uai, primo, berimbau não é gaita não) Mayara Curcio (Sai, Satanás), Emily “Hemiley” (Que a força esteja com você), Danilo “Dani” (Ah, querido), Igo “Iguito” (me respeite). As lembranças de cada um de vocês me mantêm conectado à alegria dos bons encontros e à diversidade de existirmos.

Aos(às) amigas e amigos e neném, Gabriela, Willian e Valentim, agradeço pelas chegadas inesperadas e alegres em nossa casa.

Aos amigos que fiz na Secretaria de Assistência Social, Felipe “Xará” e Sandra. Felipe,

agradeço por não esperar de nós nada menos do que o novo. Sandra, agradeço a sinceridade diária, carinho e também as horas de debate sobre termo de referência e energias do universo.

À minha equipe: Rony, Eliandra e João, agradeço pelos desafios diários enfrentado, por tornarem o espaço de trabalho mais leve e alegre e por toparem essa empreitada comigo na execução diária desta política. Minha eterna gratidão por estarem sempre por perto.

À Juliana Roman e Marilene, agradeço pelo afeto para todas as horas, por estarem comigo em momentos difíceis, por não me deixarem desistir e por sermos sempre os “três” “porquinhos”.

À minha sogra, agradeço pelas “marmitas” que mais se pareciam com um abraço de carinho e cuidado.

Aos meus irmãos Sherman e Pedrinho, agradeço por tudo que vocês já fizeram por mim. Sherman, obrigado pelos cafunés quando eu não conseguia dormir, por me buscar na escola de bicicleta e me inspirar a acreditar que o sonho da Universidade Pública é possível para quem estudou a vida toda em escola pública. Te amo e obrigado por sempre cuidar de mim. Pedrinho, agradeço por ser esse irmão tão sensível e carinhoso, pelo olhar sincero, por estar sempre comigo e me dizer sempre a sua maneira “Sherman, vai dar tudo certo”. Por ensinar que os gestos dizem mais que palavras. Te Amo!

À minha Vó Neide, agradeço por ser um exemplo de força e por estar sempre disponível. Sem a senhora, eu nunca chegaria até aqui. Te levo todos os dias comigo. Te amo!

À minha tia Rita, agradeço por preservar nossas memórias, pelo carinho e cuidado e por ser a minha segunda mãe. Te amo!

À minha prima Camila, agradeço pelas brincadeiras mais criativas na infância e pelas horas de alegria nas férias de São Paulo. Te amo!

Ao meu avô Orípedes, agradeço pelas doçuras e travessuras, por me apresentar Raul Seixas, mesmo quando eu ainda não sabia o que era colírio, mas gostava muito dos seus óculos escuros. Te amo!

À minha mãe, agradeço por ser este exemplo de força e coragem, essa mulher guerreira e carinhosa que tanto lutou pelos seus filhos. Obrigado por me ensinar que lavar o banheiro, arrumar o quarto, guardar a louça não era coisa de menina., por me ensinar que cozinhar é um gesto de amor. Obrigado por ser quem você é e pelo desejo de vida. Me sinto um privilegiado por ser seu filho. Te amo!

Agradeço à Tulipa, ao Luca Toni e à Cacau, por não deixarem minhas madrugadas solitárias e, a cada lambida e latido, me acolherem e não me deixarem dormir.

Por fim, dedico esta dissertação à minha companheira Mayara e ao meu filho Caetano.

“E no meio de tanta gente eu encontrei você, entre tanta gente chata e sem nenhuma graça”. Amor, obrigado por compartilhar a vida comigo, segurar minha mão quando mais preciso, ser a voz que me fala toda manhã, ser esta pessoa incrível! Obrigado pela sensibilidade, pela generosidade, pelo amor em cada gesto, pelo privilégio de termos um filho lindo juntos, por construirmos nossa família e história a nossa maneira e por me ensinar que a vida pode ser leve e intensa. Eu te amo, você é o amor da minha vida!

Caetano, meu filho, você mudou a minha vida. Me lembro do dia da sua chegada, nunca vou esquecer da primeira vez em que te segurei em meus braços, da primeira vez que abriu os olhinhos. Filho, agradeço por me ensinar a nunca desistir: seu exemplo de força nos inspira a acreditar que nenhum diagnóstico e que nenhuma certeza médica é maior que o desejo e a vontade pela vida. Estarei sempre com você, filho, o papai te ama!

PINTO, F. F. Narrativas sobre a práxis na Assistência Social: uma análise sobre a Proteção Social e o processo de gestão do trabalho. 2019. 85f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o tema da proteção social no Brasil, a partir da discussão sobre o processo de gestão do trabalho no campo da Assistência Social. O objetivo desta pesquisa de mestrado foi apresentar uma análise que possa suscitar debates, tendo em vista a narrativa que conta e analisa a própria trajetória neste campo de ação pública. Trabalhamos com a perspectiva de que a compreensão apresentada em relação ao tema da proteção social e o caso da Assistência Social como política de Estado nos permita tecer diálogos que nos levem a caminhos mais próximos do cotidiano das(os) trabalhadoras(es) inseridas(os) neste contexto de garantia de direitos sociais. Estar inserido no âmbito da proteção social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) na condição de Psicólogo trabalhador nos proporcionou construir uma práxis de aposta no campo social, que coloca em discussão: o fazer cotidiano na sua dimensão coletiva, afetiva, solidária, política e social; a noção de Estado protetor na condição de promover e garantir políticas públicas sociais de qualidade à população; a tentativa de propor espaços de construção coletiva em uma sociedade de privilégios e de pouca cultura participativa e democrática; a possibilidade de escutar os sujeitos que sofrem na dimensão dos seus impasses subjetivos, considerando os efeitos do modo de produção capitalista na forma como as pessoas sentem e se relacionam com a vida e, sobretudo, a intercessão entre trabalho e pesquisa como a chance de agir nas brechas do cotidiano e pensar a produção do conhecimento para além do discurso da Universidade. Portanto, esta pesquisa percorreu o caminho da própria práxis enquanto direção de um processo de análise que vai se constituindo como algo que não se descola daquilo que se experiencia no chão da política, isto é, a condição que olha para o próprio trabalho enquanto um lugar estratégico na construção de diálogos em torno de um modo de fazer no SUAS que se distancie de práticas clientelistas e caridosas. Trata-se de discutirmos a possibilidade de qualificarmos nossas ações no campo da Assistência Social, de modo que essa tarefa nos permita construir um projeto societário menos excludente e que possa considerar o sofrimento dos sujeitos como algo a ser analisado, no que diz respeito à construção das formas de atenção e cuidado ofertado pelo Estado. Cabe refletir também sobre a possibilidade de promover novas sociabilidades nos espaços públicos do território e nos estabelecimentos institucionais da Assistência Social.

Palavras-chave: proteção social; gestão do trabalho; assistência social; práxis.

PINTO, F. F. Narratives about the praxis in Social Assistance: an analysis of Social Protection and the work management process. 2019. 85p. Dissertation (Masters in Psychology) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the theme of social protection in Brazil, from the discussion about the process of work management in the field of Social Assistance. The objective of this master's research was to present an analysis that can arouse debate, in view of the narrative that tells and analyzes his own trajectory in this field of public action. We work with the perspective that the understanding presented in relation to the theme of social protection and the case of Social Assistance as a State policy, allow us to weave dialogues that take us closer to the daily lives of the inserted workers in this context of guaranteeing social rights. Being inserted in the scope of social protection of the Unified System of Social Assistance (SUAS) as a working Psychologist allowed us to build a praxis of betting in the social field, which puts in discussion: the daily doing in its collective, affective, solidarity, political dimension and social; the notion of a protective state on the condition of promoting and guaranteeing quality social public policies to the population; the attempt to propose spaces of collective construction in a society of privileges and of little participatory and democratic culture; the possibility of listening to the suffering subjects in the dimension of their subjective impasses, considering the effects of the capitalist mode of production on the way people feel and relate to life and, above all, the intercession between work and research as the chance to act in the daily gaps and think the production of knowledge beyond the University discourse. Therefore, this research followed the path of praxis itself as the direction of a process of analysis that is constituted as something that is not detached from what is experienced on the ground of politics, that is, the condition that looks at one's own work as an individual. strategic place in the construction of dialogues around a way of doing in SUAS that distances itself from clientelistic and charitable practices. It is a matter of discussing the possibility of qualifying our actions in the field of Social Assistance, so that this task allows us to build a less exclusionary societal project that can consider the suffering of the subjects as something to be analyzed, regarding the construction of the forms of attention and care offered by the state. It is also worth reflecting on the possibility of promoting new sociability in the public spaces of the territory and in the institutional establishments of Social Assistance.

Keywords: social protection; work management; social assistance; praxis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NEP – Núcleo de Educação Permanente

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PROGEN - Projeto Gente Nova

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UNESP - Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
O campo de análise a partir da práxis na Assistência Social	10
Objetivos	20
O caminho metodológico	20
Sobre a construção da pesquisa e a divisão em planos de análise	25
PRIMEIRO PLANO DE ANÁLISE (CAPÍTULO I): A proteção social no Brasil a partir de 1930 e os desdobramentos para a Assistência Social.....	30
A proteção social no Brasil: perfil segmentado e os interesses privados na esfera pública...	39
SEGUNDO PLANO DE ANÁLISE (CAPÍTULO II): afinal, o que é o SUAS?	47
TERCEIRO PLANO DE ANÁLISE (CAPÍTULO III): Sobre gerir o processo de trabalho e o enfrentamento diário a desigualdade social: quais possibilidades para a construção da Assistência Social?	56
O fazer “vigilante” socioassistencial	58
A comunica(ção) e os processos decisórios no fazer socioassistencial	72
O formar-se permanente.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

APRESENTAÇÃO

O campo de análise a partir da práxis na Assistência Social

A motivação para escrita deste trabalho advém de um conjunto de experiências vivenciadas tanto no cenário prático, quanto no campo teórico. Contudo, é preciso lembrar que considero a inseparabilidade entre teoria e prática ao relatar o caminho permanente de estudos e trabalhos, uma vez que pressuponho que a inserção no cenário das Políticas Públicas sociais se faz, mas não somente, no âmbito da práxis, isto é, de uma prática teórica que se transforma e se reinventa em seu fazer político.

Acredito que a diferenciação entre teoria e prática pode, por vezes, reafirmar o lugar do pragmatismo no fazer da(o) trabalhadora(o) e ocasionar o distanciamento da possibilidade de refletir acerca de sua realidade social, tendo em vista as condições econômicas, políticas, sociais e subjetivas que permeiam seu modo de ser e existir no mundo. Considerando que estas condições compõem meu percurso, a aproximação e envolvimento com o tema da Proteção Social no campo da Assistência Social têm início na graduação por meio da inserção em projetos de extensão, núcleos de estágios, grupos de pesquisa e, posteriormente, na condição de trabalhador e pesquisador inserido nesta realidade.

Desse modo, a construção de práticas no contexto da Assistência Social colocou-me diante de inúmeros desafios cotidianos. Estar inserido no âmbito da proteção social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) propiciou-me a construção de um percurso formativo de aposta no campo social, por meio da oportunidade de estar em contato com processos de trabalho que nos colocam frente a múltiplas dimensões e questões. Dentre elas, o fazer cotidiano que pode nos levar a pensar a respeito de como as práticas consideram a dimensão coletiva, afetiva, solidária, política e social; a noção de Estado protetor na condição de promover e garantir políticas públicas sociais de qualidade à população; a tentativa de propor espaços de construção coletiva em uma sociedade de privilégios e de pouca cultura participativa e democrática; a possibilidade de escutar os sujeitos que sofrem na dimensão dos seus impasses subjetivos, considerando os efeitos do modo de produção capitalista na forma como as pessoas sentem e se relacionam com a vida; e, sobremaneira, a intercessão entre trabalho e pesquisa como a chance de agir nas brechas das instituições e pensar a produção do conhecimento para além do discurso da Universidade.

Longe de apresentar uma resposta a ser seguida, mas, sobretudo, comprometido ética e politicamente com a práxis no manejo das questões que se apresentam para o trabalho no

SUAS, o encontro com a Assistência Social me possibilita estar em contato com a atuação profissional de trabalhadoras(es). Problematizar a partir deste cenário, a relação que há entre trabalhadoras(es) e pessoas usuárias do SUAS pode, por exemplo, proporcionar processos de reflexão acerca da construção da cidadania, enquanto condição necessária para a efetivação da proteção social como garantia da equidade e da universalidade do acesso a política de Assistência Social.

Trata-se do comprometimento com o fazer no campo da Assistência Social, mediante a possibilidade de construirmos uma sociedade mais justa e igualitária que consolida sua defesa pela vida, a partir da escolha por uma postura ética que aposta no debate democrático, no respeito às diferenças e, sobretudo, na construção de consensos enquanto projeto civilizatório do bem-comum.

Sendo assim, antes de falar sobre a minha atual condição de trabalhador, vou revisitar o início desta trajetória e dialogar sobre algumas inquietações que me acompanham ao longo deste percurso e que me motivam à escrita deste trabalho de pesquisa como condição que analisa e constrói narrativas a respeito da própria práxis na Assistência Social.

Enquanto trabalhador em formação e graduando em Psicologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, entrei em contato com diferentes possibilidades de atuação de psicólogas(os) nos diversos espaços institucionais e, da mesma maneira, com a produção científica da Psicologia no Brasil e no exterior. Os estágios curriculares propostos ao longo da graduação foram fundamentais para que a aproximação com as diversas formas de atuação - saúde, educação, trabalho, clínica e assistência social - se efetivassem na prática.

O contato com este fazer que não se restringia apenas ao campo da Psicologia, permitiu-me experienciar um modo de fazer nas políticas públicas capaz de colocar em debate a forma como pensamos, agimos e sentimos a vida.

Com o decorrer da graduação, e com todas as questões relacionadas à atuação da psicologia, por exemplo, percebi que as condições que atravessavam o cuidado aos sujeitos em sofrimento psíquico não se restringiam, em especial, ao contexto da saúde mental. O que nos foi apresentado dizia, principalmente, sobre a possibilidade de construir formas de atuação nas políticas públicas que pudessem rever a forma como nos organizamos enquanto trabalhadoras(es) inseridas(os) nas instituições, mediante a possibilidade de efetivar, no horizonte das práticas, a construção de uma sociedade, mais justa e igualitária. O Sistema Único de Saúde (SUS) como proposta foi e será, para o meu percurso formativo profissional

e de vida, o encontro com histórias emocionantes que me levaram a acreditar que é possível ocupar o mundo respeitando as diferenças e permitindo o encontro com caminhos voltados à construção de espaços coletivos, solidários e democráticos.

Estar próximo destas práticas permitiu-me, além da oportunidade de conhecer ações que criam e constroem o cotidiano como campo de possibilidades de existir, pensar e agir, problematizar o lugar do Estado na construção de um sistema de proteção social mais amplo. Nessa direção, a entrada no SUAS, mais precisamente no estágio curricular no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerando aquilo que não era apenas do campo da saúde, mas das condições sociais mais amplas que se relacionavam diretamente com os efeitos do modo de produção capitalista para as sociabilidades dentro e fora do espaço de trabalho, foram fundamentais para reconhecer a atuação de uma Psicologia que privilegia olhares singulares diante das demandas apresentadas pelos sujeitos inseridos em um contexto social, político, econômico e cultural.

Nesta direção, comecei a refletir sobre algumas questões que podem produzir a desigualdade social enquanto condição fundante das relações sociais e, como consequência direta, produzir sofrimento psíquico aos sujeitos. Pensar a Psicologia distante do compromisso social de propor questionamentos na direção de (re)significar a naturalização deste modo de funcionamento da sociedade dificulta a construção de práticas éticas a serviço da universalização do acesso às políticas sociais, pois não rompe com os olhares que, por vezes, tendem a “psicologizar” os problemas sociais coletivos.

Precavido por estas questões a respeito das condições que produzem o cenário de atuação nas políticas públicas ao longo da graduação, iniciei meu percurso enquanto psicólogo no trabalho com a Economia Solidária, pensando o processo de geração de Trabalho e Renda na Incubadora de grupos populares da UNESP/Assis. Simultaneamente, passo a compor também a equipe Rede Ciranda, projeto financiado pelo Itaú Social, cujos objetivos eram: desenvolver a articulação de ações formativas para rede socioassistencial; apoiar equipes de trabalho da Assistência Social no desenvolvimento de ações conjuntas com as demais políticas setoriais do território; participar da construção de fluxos de trabalho que pudessem promover a aproximação entre os atores da rede problematizando a oferta de cuidado a partir das demandas apresentadas pelos sujeitos nos estabelecimentos institucionais das políticas públicas; contribuir para o processo de estruturação e efetivação da rede de enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e, por fim, produzir um diagnóstico sobre a situação de crianças e adolescentes no município de Assis.

A potência destes trabalhos que caminhavam juntos me permitiu refletir, dentre outras questões, sobre quem eram os sujeitos que circulavam pelas políticas setoriais. As questões que se apresentavam me levaram à construção de novos caminhos para o processo de trabalho. Questionava se havia diferenças nos efeitos produzidos pelo modo de produção capitalista nos sujeitos quando olhados nos diferentes espaços. O discurso da rede das políticas setoriais que circulava pelos estabelecimentos institucionais pretendia ser algo capaz de explicar todas as problemáticas e desafios que faziam parte do processo de trabalho das equipes e também da vida dos sujeitos considerados público alvo dos serviços: “se havia problemas, a rede intersetorial de políticas públicas seria capaz de intervir sobre eles”. Porém, na prática o que se via eram os protocolos de encaminhamentos. O que se produzia nesta ação era uma proposta de cuidado segmentada e que estava distante de uma construção coletiva que pudesse fortalecer direitos sociais e democratizar os espaços de decisão nos serviços.

A singularidade do projeto me possibilitou encontros potentes e fundamentais para refletir, sobretudo, como ser um trabalhador que reconhece os limites de atuação nas instituições, tendo em vista que nenhuma prática isolada é capaz de dialogar com a complexidade apresentada pela realidade. Trabalho com a ideia de que encontrar forças para coletivizar o modo de fazer cotidiano nos permite caminhar por mais tempo, ao invés de investir e considerar que uma ação no campo social se esgota por si só em um único fazer, isto é, a partir de uma única experiência. Portanto, a entrada neste cenário de intervenção no território – projeto Rede Ciranda - enquanto possibilidade de construir processos corresponsáveis de cuidado, foi um momento importante para lidar com as próprias dificuldades de execução da política no cotidiano e apreender, sobremaneira, a entender as diferentes formas de trabalho que se produzem nas instituições.

Como nos dizia uma das trabalhadoras de um dos CRAS do município “Na prática, a teoria é outra”. Mesmo não concordando com essa afirmação, o importante foi pensar e dialogar com outros colegas acerca dos riscos que corremos de sermos capturados pelos discursos que tornam o processo de trabalho cronificado e distante da possibilidade de pensar nossa realidade social, para além da burocratização das relações no cotidiano das instituições de proteção social.

Muito embora esta condição que aparece como uma característica para algumas práticas do cotidiano de trabalho não seja uma escolha consciente de colegas que estão há tempos lutando pela efetivação de direitos e sobrevivendo diariamente aos desafios colocados pela realidade, há, em alguns casos, a validação de um contexto de esgotamento

de caminhos de atuação, ou seja, é como pensar que não será possível fazer mais nada diferente do que já foi proposto em relação ao trabalho social, o qual aparece em algumas realidades de trabalho nos estabelecimentos institucionais do SUAS e de outras políticas sociais.

Após a experiência nestes projetos, trabalhei como supervisor institucional de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) em uma cidade vizinha a Assis. Até aquele momento, não tinha desenvolvido nenhum trabalho de supervisão institucional para equipes da Assistência Social. Procurei dialogar com colegas que já estiveram nesta condição. Ouvi questões importantes sobre o que era uma supervisão, dentre elas, sobre como facilitar a construção de um processo de diálogo coletivo entre a equipe, bem como manejar as questões que envolvem a singularidade de cada sujeito envolvido com o processo de trabalho.

Por vezes, foi possível perceber como algumas descrições levavam para caminhos mais clínicos, focados exclusivamente nos casos. Já em outros momentos, era necessário construir um espaço de educação permanente – construção de práticas e saberes para e pelo trabalho, mas que não se restringem aos espaços formais das instituições - conforme prevê a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS - PNEP/SUAS de 2013 - enquanto possibilidade da equipe pensar para além de julgamentos individuais que, em certas ocasiões, tendem a culpabilizar os sujeitos pela condição social em que se encontram.

Dialogar sobre essa prática no contexto da Assistência Social significava, por exemplo, naquele contexto de supervisão, a possibilidade de refletir sobre como estava organizado o processo de trabalho da equipe e qual a visão de mundo que atravessava a relação das(os) trabalhadoras(es) com as pessoas usuárias do serviço que viviam no território. Animado com a chance de conhecer e apreender com as práticas das(os) trabalhadoras(es) de outro município, iniciei o trabalho.

Percebi como as questões na instituição conectavam a todo tempo clínica e política, isto é, os impasses subjetivos não escolhem lugar para se manifestar. Eles estão diretamente relacionados aos efeitos do modo de produção capitalista nas subjetividades, bem como mostra, em certas ocasiões, o descompromisso do Estado em considerar o sofrimento das pessoas ao criar suas políticas voltadas interesse público da sociedade.

A complexidade dos atendimentos, neste sentido, produzia muitas angústias para equipe. Recordo da fala de um trabalhador ao final do primeiro encontro de supervisão, que disse não suportar mais ter que lidar com o sofrimento daquelas pessoas que chegavam até ele, pois se sentia sozinho e responsável por resolver todas as dificuldades que se

apresentavam para a proposta de acompanhamento que parecia, na ocasião, não chegar a lugar algum. Havia uma disponibilidade das(os) trabalhadoras(es) em escutar os sujeitos que chegavam ao serviço daquele CREAS, no entanto não eram as respostas prontas que equacionariam todas as questões que atravessam o processo de trabalho. Foi um momento importante para refletir junto à equipe como as questões que surgiam nos atendimentos estavam sendo manejadas pelo serviço, tendo em vista as condições desiguais que produziam a singularidade daquele território. Algo que poderia ser pensado enquanto questões estruturais para a formação social do país e discutido no coletivo, mas sem perder de vista a singularidade dos sujeitos que chegavam até aquele serviço.

Este lugar de “supervisor” foi, inclusive, repensado e problematizado a cada encontro, pois não seria o meu olhar a grande visão do trabalho daquela equipe, a partir de um suposto saber que estava fora da especificidade daquele contexto de atuação e que supostamente saberia quais seriam as soluções para os problemas enfrentados. Jacques Lacan (1992) já nos dizia que o lugar do analista é o lugar da ignorância doutra, de um saber com limites. O mais importante nesta experiência era criar condições para que os próprios sujeitos ali envolvidos com o fazer cotidiano, ou melhor, com a própria práxis em si, analisassem e repensassem sua implicação com o contexto de atuação em uma política social.

Criar o espaço de diálogo e colocar a palavra para circular entre a equipe permitia abrir o caminho para o campo do desejo de estar refletindo sobre o processo de trabalho, mediante as demandas que emergiam diariamente na instituição. Era preciso respeitar a singularidade da equipe e não cair na armadilha de dizer como se faz e, tampouco, reforçar suposições de que uma ação no campo social deve dar conta de toda a complexidade da vida.

Trabalhei com a oportunidade de operar na brecha da instituição, isto é, evidenciar os discursos que permeavam as práticas e questionar os discursos que tendem a responder pelo outro sem antes se permitir a escutá-lo quando problematizamos as práticas voltadas ao atendimento dos sujeitos. O diálogo com o que nos disse Freud (1937), ao nos alertar que não se pode ensinar, governar e desejar pelo outro, foi fundamental para ampliar o campo de análise junto a equipe e perceber como esta dimensão perpassa todo o cenário de atuação na Assistência Social. Era preciso estar atento ao que emergia deste processo de trabalho, sem responder a demanda com respostas prontas.

Permitir que a equipe formulasse suas próprias questões possibilitou construir uma forma de manejo que suportava escutar o que estava sendo dito, afinal, a fala daqueles sujeitos envolvidos com o processo de trabalho na instituição, era tudo que eles podiam apresentar como um processo que conta e (re)conta, acima de tudo, sua trajetória de vida a

partir do desejo como força de movimento e implicação com o campo social.

O privilégio de estar neste espaço, me permitiu entrar em contato, mais uma vez, com a dimensão do fazer na Assistência Social, tendo em vista os efeitos produzidos pela relação trabalho social e desigualdade social na subjetividade das trabalhadoras(es), assim como nos sujeitos que chegavam até o serviço, considerando o relato dos casos apresentados pela equipe.

Logo após a experiência de supervisão, mudo de cidade e vou para o trabalho no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), na cidade de Campinas/SP. Uma grande metrópole e novos desafios. Boas práticas, bons discursos e velhos problemas: o sujeito é apenas social? É possível que haja essa separação? O que é a rede intersetorial? Qual dimensão ética do nosso trabalho enquanto coletivo? Como é possível organizar o processo de trabalho na Assistência Social?

Em um território novo e pouco percorrido, chego para compor a equipe que deve ser referência no atendimento a mulheres vítimas de violência, a adolescentes egressos de medidas socioeducativas, a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual e as pessoas idosas que estiveram/estão em situação de negligência ou abandono. Estas eram as demandas ditas e identificadas que estavam direcionadas à instituição, as quais deveriam ser objetos de ação e produzir formas intervenção, tendo em vista a complexidade que o território apresentava para a equipe do projeto Gente Nova (PROGEN), Unidade do Jardim Garcia - região Noroeste da cidade.

Nesta experiência, aprendi muito com práticas inspiradoras e, sobretudo, com as histórias de vida daquelas pessoas que chegavam até o serviço. Escutar, por exemplo, os relatos de mulheres que sofriam inúmeras violências de gênero cotidianamente - em diversos espaços da vida - era algo muito intenso e complexo.

Por diversas vezes, refleti sobre como era angustiante ver que a única forma como aquelas mulheres poderiam ser acompanhadas pelo Estado, bem como vistas por outras mulheres que sofriam com as mesmas questões, era quando já estavam totalmente fragilizadas e abandonadas em relação a qualquer apoio familiar e comunitário. Muito destas situações de violência, é porque nossa sociedade necessita rever e discutir os processos centrados na cultura patriarcal e que produzem, como efeito, o machismo como um dado estruturante das relações e que conseqüentemente naturalizam os processos de violências e exclusão contra as mulheres.

Ademais, perceber o quanto a juventude negra e os adolescentes pobres de um modo geral são as principais vítimas da violência no campo das sociabilidades cotidianas, era algo

que me colocava diante da necessidade de lutar com eles pelos seus direitos, escutar e se interessar pelas suas histórias. Caminhar conjuntamente na construção de singularidades desejantes, a partir da defesa por Direitos Humanos.

Naquele momento, mergulhei nestes universos tão complexos e que não se desconectavam. Reconhecia meus limites e aprendia dia após dia com aquelas histórias que precisamos estar preparados para a escuta, de modo que esta é a condição ética de toda nossa práxis.

Inquietava-me: a Assistência Social pode ser muito mais do que conceder benefícios eventuais e adequar famílias pobres ao modelo social burguês e patriarcal. Diante destas condições e inquietações, inicio a construção de um projeto de pesquisa acerca da minha prática enquanto trabalhador. Nesse processo, a dimensão do fazer e do pensar dos colegas que não reduzem suas práticas à manutenção da aceitabilidade da pobreza e da desigualdade social influenciou também a construção de uma proposta de pesquisa enquanto tentativa de contara própria práxis, enquanto desejo que busca compartilhar suas questões com coletivo e continuar se permitindo a errar, rever, acertar ou não e continuar seguindo, principalmente, diante da responsabilidade ética de trabalhar diretamente com o humano.

Após esta experiência, saio do trabalho em Campinas e me reencontro com o início da minha trajetória no campo da Psicologia e da Assistência Social. Retorno a Assis, mas agora para um novo encontro com a Universidade, na condição de aluno do programa de mestrado em Psicologia.

Com o início das aulas, começo a trabalhar na pesquisa. Neste momento também, recebo o convite para participar do processo seletivo para um cargo de gestão na Secretaria Municipal de Assistência Social de um município no interior do estado de São Paulo. Passado o processo seletivo, assumo o cargo que tem a responsabilidade de levar adiante a Vigilância Socioassistencial, o Monitoramento e a Avaliação da rede socioassistencial. Isso significava lidar com números, processos de avaliação, gestão da informação, construção de referenciais técnicos, prestação de contas e cuidar dos convênios e parcerias - financeiras e técnicas - com as organizações sociais que prestam serviços de Assistência Social de forma indireta na rede de Assistência Social.

Junto com a especificidade do trabalho da Vigilância, fico com a responsabilidade de participar do aprimoramento do serviço de média e alta complexidade os quais cuidam do atendimento à população em situação de rua - Abordagem Social, Centro Pop e Acolhimento Institucional. Temáticas importantes que vão atravessando minha trajetória no espaço de trabalho da Secretaria enquanto campo de ação da Diretoria de Vigilância Socioassistencial,

monitoramento e avaliação.

Nesta condição de trabalho que desenvolve processos de gestão contínuo refletindo sobre minha práxis. Acredito que se não somos capazes de ocupar lugares estratégicos com abertura ao diálogo, corremos o risco de não lutar por todas as conquistas e avanços no campo da Assistência Social, bem como das demais políticas públicas. Quando penso no trabalho que estou desenvolvendo neste momento na gestão de uma Secretaria, ele não é diferente de um trabalho em um serviço do ponto de vista da construção de um cenário de proteção social que esteja disponível para qualificar a forma como os sujeitos estão sendo atendidos no território.

Há que se pensar que a dicotomização posta no discurso das instituições responde a um processo de desarticulação e, sobretudo, de manutenção de privilégios para se ocupar postos de trabalho na esfera pública que privilegia, em muitos casos, a defesa de interesses individuais. Por que não podemos falar da gestão como um espaço que não está dado e que deve ser, como no CRAS ou em qualquer outro equipamento, um lugar de respeito e de construção de melhores condições de vida em sociedade, a partir de sociabilidades mais inclusivas, solidárias e afetivas? Falo da necessidade de dialogarmos sobre nossas práxis e refletir sobre ela, independentemente do espaço que ocupamos. Refletir sobre o trabalho como algo que pode ir além da prescrição e da repetição. Ou seja, a construção de pactos coletivos voltados a garantir a cidadania e a liberdade.

Muito embora o fazer cotidiano apresente suas especificidades, não podemos acreditar que - “gestão” e “ponta” - estejam separados enquanto lugares de trabalho que não caminham para o mesmo objetivo, quer dizer, que não se alinham ética e politicamente com a consolidação da proteção social no SUAS. Essa é uma questão importante que podemos pensar no coletivo e ampliar o que possa parecer arraigado no fazer no âmbito da gestão e que, por vezes, distancia as(os) trabalhadoras(es) e despontencializa o fazer no cotidiano de trabalho. Se não estamos dialogando sobre a necessidade de caminharmos de mãos dadas, reconhecendo nossas diferenças, para onde iremos? É possível pensar que a gestão está para além das burocracias?

Essa é uma questão importante que movimenta minha práxis, pois, às vezes, percebo como o funcionamento da instituição está organizado para que trabalhadoras(es) não se reconheçam enquanto produtores de um fazer comum e que podem, ou não, avançar diante de processos voltados a mudar a forma como há tensionamentos e perda de sentido no trabalho social. Talvez a oportunidade de discutir como estas questões se evidenciam no cotidiano, permita que haja momentos de reconhecimento do Outro como alguém diferente

no modo de pensar e que pode ser fundamental, inclusive, para compor com o trabalho que cada um executa individualmente.

A construção de práticas no contexto da Assistência Social nos coloca, portanto, diante de inúmeros desafios cotidianos. Estar inserido no âmbito da proteção social do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) nos permitiu construir um percurso formativo de aposta no campo social, considerando a possibilidade de produzir processos de trabalho que possam colocar em discussão: o fazer cotidiano na sua dimensão coletiva, afetiva, solidária, política e social; a noção de Estado protetor na condição de promover e garantir políticas públicas sociais de qualidade à população; a tentativa de propor espaços de construção coletiva em uma sociedade de privilégios e de pouca cultura participativa e democrática; a possibilidade de escutar os sujeitos que sofrem na dimensão dos seus impasses subjetivos, considerando os efeitos do modo de produção capitalista na forma como as pessoas sentem e se relacionam com a vida e, sobremaneira, a intercessão entre trabalho e pesquisa como a chance de agir nas brechas do cotidiano e pensar a produção do conhecimento para além do discurso da Universidade.

Ao longo deste trabalho, discuto minha práxis como trabalhador e pesquisador. Fazeres que caminham lado a lado. Destaco também que a discussão sobre o sistema de proteção social não pretende ser, de forma pragmática, um manual de instrução que condiciona olhares lineares sobre as análises e entendimentos que serão apresentados nesta pesquisa. Acreditamos na possibilidade de que mais do que explicar algo, estamos preocupados em ampliar o debate acerca da proteção social, tendo em vista que o modelo brasileiro de ação Estatal aperfeiçoou novas tecnologias de valorização dos interesses do mercado e não mudou significativamente o quadro social do país.

Considero que as experiências discutidas nesta pesquisa, enquanto partilha de concepções e inquietações acerca do trabalho, não foram produzidas individualmente por este que vos escreve. Quando me dedico a refletir sobre minha atuação, tal reflexão só é possível porque estive em contato com outros diversos caminhos, tendo em vista a oportunidade de conhecer as práticas de outros colegas, os quais também colocaram em discussão no seu fazer, dentre outras questões, a modalidade de “Estado de Bem Estar Social” e “Proteção Social. Meu desejo é, portanto, construir diálogos e visitar algumas questões que, quando analisadas exclusivamente pelos pressupostos econômicos e políticos, possam parecer respondidas em relação ao tema das políticas públicas sociais no Brasil.

A partir dessa proposta vou percorrer a trajetória de análise em relação à contextualização do cenário de proteção social no Brasil - da sua quase inexistência antes de

1930 e seus processos de centralização e descentralização a partir da industrialização tardia do país - considerando a necessidade de se discutir a “questão social” como condição estratégica para sobrevivência do modo de produção capitalista(ALVIM, 2009).

Portanto, esta pesquisa discute questões teóricas em relação ao tema da proteção social e o processo de gestão do trabalho percorrendo o caminho da própria práxis enquanto direção de um processo de análise que se constitui como uma tentativa de buscar aproximações que não se descolam daquilo que se experiencia no chão da política, isto é, a condição de trabalhador do SUAS.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa foi analisar a proteção social no SUAS, considerando as formas de execução do processo de gestão do trabalho no campo da Assistência Social, a partir da práxis deste trabalhador inserido no campo da proteção social do SUAS.

O caminho metodológico

O sentido de práxis adotado ao longo do processo de análise e que produziu sentido para a escrita desta pesquisa de mestrado, tem como fio condutor o que escreve Sánchez (2011):

O fato de que a prática determina a teoria não só como sua fonte - prática que amplia com suas exigências o horizonte de problemas e soluções da teoria -, mas também como fim - como antecipação ideal de uma prática que ainda não existe -, demonstra, por sua vez, que as relações entre teoria e prática não podem ser vistas de um modo simplista ou mecânico, a saber: como se toda teoria e prática se baseassem de modo direto e imediato na prática. É evidente que há teorias específicas que não fazem essa relação com a atividade prática. Mas não nos esqueçamos de que estamos falando neste momento das relações entre teoria e práxis no curso de um processo histórico e social que tem seu lado teórico e seu lado prático. Na verdade, a história da teoria (do saber humano em seu conjunto) e da práxis (das atividades práticas do homem) são abstrações de uma única e verdadeira história: a história humana (SÁNCHEZ, 2011, p.259).

Dessa maneira, podemos pensar que se há o problema entre teoria e prática ele só pode ser pensado, inclusive, porque é possível visualizar a prática como ação objetiva e transformadora da realidade social que se pretende discutir. Assim, me parece importante considerar que:

Do papel determinante da prática - como fundamento, fim e critério do conhecimento verdadeiro - não se pode extrair a conclusão de que a teoria e a prática se identifiquem, ou de que a atividade teórica se transforme automaticamente em prática. Impede

chegar a essa conclusão o fato de que a prática não fala por si mesma e exige, por sua vez, uma relação teórica com ela: a compreensão de práxis (Idem, 2011, p. 261).

O conteúdo de análise pensado a partir das condições que a práxis nos coloca para o fazer cotidiano de trabalho, refletem a busca pela construção de práticas inscritas na realidade social como potência de criação de novos modos de existir e pensar o trabalho no SUAS. Mas não se trata de ao problematizar as práticas, que estamos considerando que elas sejam práxis. Estamos interessados em aprofundar o debate acerca das ações experienciadas enquanto criação do processo de trabalho no campo da Assistência Social que possam, enquanto possibilidade, contemplar novos arranjos sociais, políticos, afetivos e solidários que permitam sociabilidades inclusivas, participativas e democráticas.

Há na construção dos encontros potentes no campo social e na construção do processo de trabalho, propostas de análises dialéticas que podem vir a superar práticas condicionadas a aplicação de métodos de análises que estejam neutros às questões políticas, culturais, históricas e, sobretudo, no campo das subjetividades. Na relação com o campo científico, o materialismo histórico dialético questiona a forma como a sociedade se organiza a partir dos pressupostos do capital, bem como se relaciona com esta realidade, de forma a agir e pensar sobre suas possibilidades de transformação. A dialética é mais do que um sistema filosófico; como conhecimento, ele está em movimento, caminhando:

- do abstrato (elaborado pela reflexão) ao concreto;
- do formal (lógico) ao conteúdo(práxis);
- do imediato ao mediato (desenvolvido pelas mediações e em particular por aquela da lógica dialética, que é do menos complexo ao mais complexo) (LEFEBVRE, 1975 p.4).

Cabe pensarmos que a dialética não busca fórmulas prontas e acabadas. Enquanto postura ética entra em contato com a realidade no seu plano histórico, pois não se trata de colocar em evidência a formação de uma estrutura social, mas, sobretudo, qual a concepção de sociedade se antecipa em relação à análise (FRIGOTTO, 2010). A construção do conhecimento nos leva a trabalhar com a especificidade do campo teórico a ser abordado no desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de produzir uma análise acerca da proteção social e sua relação com o processo de trabalho na Assistência Social, de forma que os diálogos entre teoria e prática sejam, de fato, dialéticos.

Buscamos analisar a contradição do campo de ação do Estado – direito *versus*

regulação -, de forma a refletir sobre como este modo ação poderia ser diferente. Ao analisar esta condição do Estado protetivo a partir da dialética, significa que negamos a princípio que esta ação esteja voltada apenas a produzir controle sobre a população. Preservamos em nossa análise que mesmo que essas ações possam produzir certa padronização do modo como as pessoas se relacionam com a vida, tendo em vista que essa relação pode ser mediada por trabalhadoras(es), tais ações também podem se produzir de outras formas. Em resumo, a narrativa sobre a minha práxis, considerando a relação entre causa e efeito, na construção do processo de trabalho na Assistência Social deve ser considerada transitória, marcada por uma processualidade histórica e jamais entendida como fim da análise, pois está em constante movimento.

Em certa medida, trata-se de pensarmos que um modelo econômico que produz relações sociais não se sustentaria se não fosse capaz de propor, igualmente, um modo de ser, sentir e pensar a vida. Há, de minha parte, o desejo de não tornar a teoria marxiana um livro de receitas para dizer que tudo se resume aos alcances das questões econômicas e que elas pretendem ser capazes de explicar a realidade social de forma linear. A dialética como lupa sobre a realidade social nos permite ampliar o debate acerca do que antes já nos parecia evidente e naturalizado.

Sem perder de vista a necessidade de manter a coerência e a ética com a produção científica, trabalho com a dialética como um caminho que nos coloca em movimento. A dialética, no nosso caso, foi pensada para ser a ferramenta de análise que permite processos de reflexão que possam propor análises acerca do tema da proteção social e seus desdobramentos para o campo da Assistência Social no Brasil. Escolhi percorrer o caminho que busca construir diálogos a luz do que a teoria nos permite avançar como uma sensibilidade que vai rompendo com supostos discursos hegemônicos que estejam a serviço dos interesses do capital, isto é, problematizar as tentativas de manter o funcionamento da sociedade como está e, igualmente, das formas de poder que normalizam os sujeitos e rompem com a potência de produção da vida enquanto campo de possibilidades mais singulares.

Nesta pesquisa, considerei para a discussão as reflexões proposta por Lefebvre (1975), ao descrever Marx acerca da dialética, quer dizer, como trabalhar com esta condição de análise enquanto possibilidade de desnaturalizar o que está posto para a realidade social e, sobretudo, porque nos leva a questionar não o todo como parte e vice e versa. Mas sim o que produz essas relações entre o todo e as partes.

A composição do pensamento que produz as práticas sociais de homens e mulheres, trabalhadoras(es) inseridas(os) no campo da proteção social no SUAS não pode ser vista como uma história da prática. Não se trata disso. É preciso refletir sobre os riscos em buscar determinar o campo da prática tomado como sinônimo de práxis. Como reconhecer e descrever práticas dialéticas, a partir de olhares que buscam enxergar as diferenças entre as formas de intervenção no campo social, principalmente, no campo da Assistência Social, sem que elas possam ser entendidas automaticamente como o sentido de práxis adotado por Marx?

A vida em seu contexto social fala sobre prática. A práxis é a ação do homem que produz uma intervenção sobre a matéria e a partir dela se cria uma nova realidade (SANCHEZ, 2011).

A partir do reconhecimento destas questões, tendo o caminho da práxis como movimento e tentativa de aprofundar as formas de pensar o trabalho, sobretudo, a forma como produzimos nossa vida, o tema da proteção social não deve produzir determinismos para o campo social. Segundo Sanchez (2011):

A atividade prática criadora não pode ser concebida como uma série continua de atos de consciência que tenham que se traduzir em outra série - também continua - de atos materiais que se sucedem no processo prático na mesma ordem que se deram na consciência. Isto é, o subjetivo não é apenas o ponto de partida do objetivo; não se oferece como um produto acabado da atividade subjetiva, disposto imediatamente a ser realizado - ou duplicado - objetivamente (p.270).

Trata-se de dialogar sobre as características de uma política social, sem perder vista uma proposta de discussão que retoma a sua construção ideológica, social e cultural, considerando os interesses que ela respondeu no passado e responde, ainda hoje, quando pensamos o modelo de intervenção do Estado Brasileiro. Há que se pensar que as linhas aparentemente antagônicas – passado e presente- podem representar uma única unidade. Contraditórias e históricas.

Se a construção da proteção social pode responder aos interesses da modernização da sociedade capitalista, a partir do processo de divisão do trabalho, é preciso analisar se esta questão pode interferir nas formas de intervenção de trabalhadoras(es). Se há neste processo, a separação entre teoria e prática. Essa questão é importante para o trabalho que proponho nesta dissertação.

Para Guerra (2005), a separação entre teoria e prática é capaz de produzir:

Não é demais lembrar que à separação entre teoria e prática encontra-se subjacente à racionalidade hegemônica do capitalismo. Ela repõe a alienação essencial do capitalismo - separação entre os proprietários e não proprietários dos meios de produção - sob bases mais complexas, de modo que a cisão entre os que pensam e os que executam que fundamenta a alienação no trabalho é particularizada na ordem burguesa constituída como o processo de reificação 2. Produto necessário do processo de reificação é uma concepção de conhecimento que não ultrapasse a aparência dos fatos; que não supere o âmbito da experiência imediata; que conceba os fenômenos na sua positividade; que descarte o seu movimento de constituição e que, por isso, não seja capaz de captar o movimento; que suprima as mediações sociais constitutivas e constituintes dos processos; que defenda a impossibilidade de conhecer a essência (a coisa em si). Sem o conhecimento dos fundamentos, a elaboração teórica nega-se a si mesma. Esta forma de produção do conhecimento vira presa fácil para servir de instrumento de manipulação (p. 4).

Somos capazes de acreditar que teoria e prática estão em constante processo de confrontação. Produzem análises que se negam, se questionam e se superam. Encontram uma unidade que é histórica, transitória e relativa. Elas mantêm sua singularidade, pois o conhecimento não é tomado como verdade e está sempre em processo de construir aproximações que são provisórias, processuais e relativas. Porém, posso conceber que não se trata de colocar o conhecimento a mercê de teorias subjetivistas e relativas (Idem, 2005).

Para tanto, problematizar o processo de gestão do trabalho enquanto práxis, é a busca por dizer que a práxis não é a prática por ela mesma:

A práxis como uma categoria central na elaboração marxiana, mostra claramente o significado da teoria tendo em vista o seu papel de guia da transformação do mundo. Assim, a categoria práxis se define em oposição ao caráter especulativo e contemplativo da filosofia idealista. É entendida, não como mera atividade da consciência, mas, ao contrário, como atividade real, objetiva, material do homem social, que só pode ser assim considerado em e pela práxis (Ibidem, 2005, p. 13).

Para tanto, a tentativa de suscitar o debate que questiona a confluência perversa que produz a relação entre os interesses do capital e o pacto social civilizatório solidário do bem comum a todas(os) construídos pelo modo de produção capitalista, me parece a oportunidade de ampliarmos análises que supostamente possam tratar a realidade enquanto unidade de intervenção pronta e acabada. Transitar pelas nuances deste contexto “Welfare State” considerando a experiência dos países do centro do Capitalismo (POCHMAN, 2014), talvez permita exemplificar, no caso da formação e execução da proteção social, as condições concebidas por parte do Estado que estiveram voltadas a sociedade brasileira. Trazer o exemplo da política de Assistência Social que coloca ao centro da sua execução o conceito de proteção social como nível de atenção - básica e especial -, pode permitir que haja reflexões e aproximações sobre a contextualização de um sistema de proteção social mais

amplo.

Contudo, destacamos a necessidade que este processo de análise possa respeitar, entre outras condições, as definições teóricas defendidas por Vianna (2011), quando a autora faz o alerta quanto aos riscos e equívocos das análises que tomam a exemplificação como parte total de um sistema de proteção social. Quer dizer, é preciso estar atento para que o micro não se torne a “sequência lógica” do processo de análise e diálogos que iremos abordar ao longo do texto. Se faz necessário considerar a distância que o Brasil ocasionalmente não foi capaz de superar, em relação à experiência de tornar-se um Estado de bem-estar social, se comparadas com as formas de intervenção do Estado que se organizaram ao redor do mundo ocidental. O exercício de aproximação entre o macro e o micro traz a oportunidade de avançar no debate que analisa os efeitos que o tema da proteção social pode vir a produzir no processo de trabalho cotidiano na Assistência Social, considerando seu processo de organização e gestão.

Sobre a construção da pesquisa e a divisão em planos de análise...

A discussão sobre o campo da proteção social no Brasil está em constante processo de transformação e produção de diversas e diferentes análises. Ao longo dos anos, autoras(es) se dedicaram a desenvolver pesquisas que problematizaram o lugar da ação pública Estatal enquanto intervenção no campo social. Nesta pesquisa de mestrado apresento questões acerca da especificidade da ação pública no cenário da Assistência Social, considerando a historicidade da ação do Estado brasileiro no desenvolvimento desta política após 1930, com destaque para a sua inserção no campo da Seguridade Social a partir da Constituição Federal de 1988.

Muito embora esta ação não esteja distante de todo o processo que construiu também as ações de outras políticas setoriais não pretendemos produzir uma análise totalizante acerca da estruturação do modelo de intervenção do Estado Brasileiro, tendo como proposta central o exemplo e a particularidade da Assistência Social.

A partir da minha práxis enquanto trabalhador inserido nesta realidade, desejo dialogar com os colegas que executam esta política no cotidiano dos estabelecimentos institucionais capilarizados pelas diferentes regiões do país. Trazer para o debate questionamentos que possam nos movimentar enquanto atores sociais coletivos que se responsabilizam pela construção cotidiana da política pública e que tenham como

alinhamento ético e político a construção de uma sociedade, mais justa e igualitária.

Destaco que as inquietações que me fizeram repensar ao longo destes anos de atuação minhas próprias práticas e que me motivam ao exercício de produção desta pesquisa, não serão apresentadas enquanto um caminho unilateral e que possa ser tomado como uma prescrição de fazeres. Ou seja, as análises dizem sobre a minha trajetória que foi se construindo a partir do encontro com referenciais teóricos técnicos - um estudo da bibliografia dedicada ao tema- dos diários de campo e, sobretudo, na potência de participar e experienciar no cotidiano de trabalho às práticas executadas pelas trabalhadoras(es) desta política. É assentado nesta dimensão metodológica - o como iniciar e caminhar com a produção deste trabalho - que sustento a aposta de valorizar e reconhecer o debate sobre a proteção social no Brasil e seus efeitos para a construção de um projeto civilizatório voltado a defesa dos direitos sociais e que buscam produzir melhorias na qualidade de vida da população.

Nesta direção, a possibilidade de discutir a minha atuação como um plano de análise da micropolítica do cotidiano em relação ao fazer no SUAS, busca colocar questões acerca das diferentes maneiras de execução da Assistência Social, mas que não se distanciam da necessidade de efetivar os pactos de cidadania firmados pela Constituição Federal de 1988. Um convite para que as(os) colegas trabalhadoras(es) possam se sentir motivadas(os) a compartilhar o desenvolvimento de SUAS ações neste campo de atuação profissional.

Acredito que as tentativas de publicizar as práticas sociais voltadas a promover o debate a respeito do lugar coletivo e público de uma política social e que não se produzem ao acaso da improvisação, nos fortalece enquanto atores sociais dedicados a garantir que as conquistas coletivas por direitos estejam voltadas a promoção e a defesa de processos decisórios democráticos e participativos. Por este motivo destaco que faço o uso da primeira pessoa do singular em grande parte do texto quando na condição de apresentar e discutir minha trajetória neste campo de atuação profissional. Contudo, destaco também que nenhuma práxis está isolada em seu fazer e, neste sentido, o uso da primeira pessoa do plural garante que este processo de análise esteja em movimento. Pois esse trabalho representa o que há de coletivo e singular em nós quando nos debruçamos sobre um campo de ação experienciado na complexidade do cotidiano e que está em constante mudança e transformação.

É preciso dizer também, neste sentido, que assumo o risco de me posicionar sobre

algumas considerações mais pontuais que serão inseridas no debate sobre o campo da proteção social no SUAS. Contudo chamo atenção para que elas sejam lidas única e exclusivamente como uma fotografia da realidade a partir dos olhares deste trabalhador, cuja produção se dá pela possibilidade de estar imerso no fazer cotidiano da política.

Discutir um campo de ação complexo como é o caso da Assistência Social em sua dimensão econômica, política, subjetiva e, sobretudo, contraditória não é tarefa fácil e, principalmente, impossível de ser feita de modo totalizante a partir de uma trajetória de trabalho neste campo de ação do Estado.

Diante disso, na medida em que as minhas inquietações me motivaram à escrita desta dissertação, sustento a ideia de produção do conhecimento que não seja pautado pela observação, teste e comprovação da realidade. Se organizamos o “fazer pesquisa” a partir do pressuposto de que a realidade é um objeto a ser analisado e que ao final se produz um conhecimento reconhecido cientificamente, corremos o risco de tornar este processo estático e esvaziado de sentido. Entendo que este não é o lugar almejado pela formação de pesquisadoras(es) no espaço da pós-graduação e já discutido pela própria Universidade ao produzir sua autocrítica enquanto instituição de formação de sujeitos políticos e cidadãos que estão inseridas(os) em diferentes realidades.

A pesquisa em banco de dados oficiais de publicações de periódicos, artigos, teses e dissertações usando as palavras proteção social, assistência social e políticas públicas, bem como os diários de campo produzidos após a participação em espaços coletivos de discussão de trabalhadoras(es) e também em momentos mais individuais, foram fundamentais para a construção e organização deste trabalho. Portanto, produzo uma sistematização do meu percurso no SUAS que será analisado no contato com uma produção institucional e científica a respeito da Assistência Social.

A proposta de descrever a construção da pesquisa tem a ver com refletir também sobre a importância de sustentar discussões que nos levem a rever e (re)significar a forma como somos capazes de produzir saberes e práticas no espaço da Universidade. Trata-se do desafio de produzir conhecimento respeitando a sustentação metodológica que uma pesquisa exige, mas sem que esse fazer possa impedir o desenvolvimento de processos de reflexão singulares. Avançar no debate coletivo sobre a construção da pesquisa, de modo que ela não seja conduzida exclusivamente a responder os interesses da Instituição de Ensino. Sabendo do desafio que essa discussão apresenta, trabalho com a construção do texto dividido nos

seguintes planos de análise.

No primeiro plano (capítulo 1), considero os antecedentes históricos: fotografias de uma realidade em constante transformação. Início discutindo a ideia de proteção social no Brasil a partir de 1930 e como esse processo foi construindo o campo dos direitos sociais no país. Analiso a forma como as instituições sociais preservaram (ou não), ao longo da história, a herança cultural de manutenção dos privilégios de poucos e, sobretudo, como se intensificou a confusão dos limites entre o público e o privado, quer dizer, pensar, por exemplo, se disputa por poder e valorização dos interesses individuais interferiu e interfere ainda hoje na construção de políticas sociais de interesse comum às(aos) brasileiras(os).

Considerando que as particularidades do contexto de formação da proteção social no Brasil possam ser diferentes dos países do centro do capitalismo, apresento algumas reflexões sobre a influência da concepção do modelo Industrial Europeu na formação brasileira, cujo processo de industrialização esteve centrado na abertura do mercado aos interesses internacionais, produzindo efeitos na forma como a nova burguesia industrial - os herdeiros de uma aristocracia agrária - precisou lidar com uma nova classe trabalhadora que necessitava, sobremaneira, estar qualificada para os novos postos de trabalho – acesso à educação –, aptas ao trabalho – políticas de saúde – e assegurada por acordos coletivos que pudessem garantir estabilidade as(os) trabalhadoras(es) – direitos trabalhistas.

No segundo plano de análise do texto (capítulo 2), faço uma discussão sobre o lugar da política de Assistência Social no Brasil, a partir do processo de formulação e implantação do SUAS em 2005. Adentrar em seu campo de atuação na condição de direito de Seguridade Social que trouxe para sua execução o conceito de proteção social dividido por níveis de complexidade, isto é, proteção social básica e especial de média e alta complexidade. Entender a concepção de direitos atribuída ao campo da Assistência Social como medida capaz de interferir sobre o cenário de desigualdade social, considerando que esta questão é um fator estruturante da formação econômica, cultural e política do país.

Diante deste cenário, vamos refletir a respeito da capilarização da Assistência Social pelo território nacional, considerando a criação de estabelecimentos institucionais destinados a qualificar o atendimento dos sujeitos que se encontram na condição de vulnerabilidade social, pois estão mais expostos aos efeitos que a desigualdade produz. Ou seja, a intensificação da pobreza que é produzida a partir deste contexto desigual e que se produz de forma sequencial intensifica os riscos para aquelas pessoas que acabam tendo seus direitos humanos e sociais violados.

Por fim, no terceiro plano de análise (capítulo 3), discuto a especificidade do trabalho desenvolvido pelas(os) trabalhadoras(es) inseridos no contexto da Assistência Social, deforma a problematizar o processo de organização e gestão do trabalho, enquanto medida capaz de qualificar e (re)significar as práticas sociais destinadas a consolidação dos direitos de cidadania e da defesa da democracia. Mesmo que a discussão sobre processos de gestão do trabalho possa nos remeter a uma linguagem pragmática e prescritiva, trabalhamos com a ideia de que qualificar as formas de intervenção teórico-técnicas, as quais reconhecem os objetivos e o campo de ação da política, e ético-políticas, que respeitam as diferentes formas de ser e estar no mundo e que buscam no horizonte das práticas uma sociedade mais justa e igualitária, pode nos levar à construção de consensos e pactuações e, principalmente, à profissionalização do trabalho na Assistência Social. Ou seja, direcionar energias que estejam voltadas para aquelas ações que almejam a defesa dos interesses do bem comum como medida que luta por Direitos Sociais comum a todas(os).

Trata-se de colocar em discussão a possibilidade de uma ação singular, executada por trabalhadoras(es), conectada a defesa do potencial coletivo de ação e que saiba, neste sentido, o porquê se faz, com quem se faz, quais estratégias necessárias devem ser adotadas e, principalmente, que objetivos comuns pretende-se atingir.

Contudo há que se pensar que intervir de forma organizada nas brechas deixadas pelo próprio sistema nos coloca diante da possibilidade e do desafio de construirmos outra realidade social. Trabalho com a ideia de que o tecnicismo do processo de intervenção no campo social tende a despolitizar as discussões sobre as condições estruturantes que o produzem (IVO, 2004). Há que se pensar sobre a tentativa de promover diálogos e ampliar os espaços de decisão na especificidade de uma política social pode ocasionar, por exemplo, a interrupção de um clientelismo que condiciona a visão dos atores sociais imersos no campo da proteção social e que condicionam sua forma de intervenção, a partir de uma pedagogia tuteladora que cria um “manual” de “maneiras” possíveis de superação da pobreza e das formas mais “adequadas” de se viver em sociedade (FLEURY, 1994).

Portanto, estas questões serão abordadas ao longo deste plano de análise enquanto proposta que valoriza e defende processos de trabalhos profissionalizados na Assistência e que necessitam ser reconhecidos como condição para romper com a subalternização dos sujeitos, com a manutenção dos privilégios e, principalmente, que possam impedir os discursos que proliferam o ódio e a perda dos valores solidários e humanitários que são primordiais para o convívio coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) não pode ser negada a necessidade de crítica do presente, do capitalismo (e, portanto, a validez de seu aspecto crítico). Não pode ser negada tampouco a necessidade de um projeto e emancipação ou de afirmação dos valores - de dignidade, igualdade, liberdade - que o capitalismo nega. Não pode ser negado, em terceiro lugar, que a realização do projeto, a transformação do presente rumo à futura sociedade, exige um conhecimento de suas possibilidades, caminhos e meios de realização (VÁZQUEZ, 2002, p. 211).

Sabemos que a complexidade do tema da proteção social no Brasil enquanto campo de ação do Estado não se esgota nesta discussão. O desafio apresentado é continuar propondo espaços de reflexão que possam contribuir para que a política de Assistência Social e seus respectivos processos de trabalho estejam, cada vez mais atentos às demandas dos sujeitos por acesso a direitos sociais não contributivos e em caráter universal. Defendo que haja iniciativas cotidianas para ampliar os espaços de diálogo acerca dos alcances da ação do Estado, mediante a necessidade de considerar também a dimensão do sofrimento dos sujeitos que chegam até os estabelecimentos institucionais de proteção social, em especial, de Assistência Social.

Entendo que o fazer cotidiano nas instituições pode ser muito mais do que cumprir com as burocracias e que suas intervenções devem ser organizadas e planejadas, mas sem que este processo se distancie da possibilidade de refletir sobre o contexto de atuação profissional em uma política de Seguridade Social complexa e contraditória, como é o caso da Assistência Social. Garantir, neste sentido, a valorização de iniciativas de diálogos que promovam, sobremaneira, o reconhecimento de posturas éticas e políticas voltadas à defesa da vida, tendo em vista a complexidade das relações humanas que se produzem no cotidiano dentro e fora do espaço de trabalho.

A Assistência Social tem o desafio de lidar, diariamente, com as representações da desigualdade social como uma questão histórica e cultural a ser desnaturalizada em relação ao campo das sociabilidades no Brasil. A sua proposta, portanto, não é a de reafirmar ou naturalizar a caridade e a filantropia enquanto lugar de ação, pois é fundamental que as práticas de trabalhadoras(es) reconheçam que os sujeitos que chegam até o território são sujeitos de direitos capazes de fazer suas escolhas e, principalmente, que necessitam de respaldo para que possam construir e caminhar com suas respectivas trajetórias de vida. Para tanto, é fundamental que a dimensão do desejo e das escolhas seja reconhecido pelos atores sociais que fazem a mediação com o campo de direitos como algo inerente à construção de um conjunto de ações públicas

voltadas a promover melhorias na qualidade de vida da população que é atendida.

Isso significa que não podemos aceitar que as práticas nos serviços públicos estejam voltadas à manutenção de uma cultura subalterna, vexatória, a qual foca suas ações na pobreza e nos pobres, mantendo marginalizadas e excluídas as pessoas que demandam proteção social do Estado. Acredito que os sujeitos não querem ser vistos como incapazes e necessitados de uma “ajuda” caridosa. Eles buscam, acima de tudo, serem tratados com dignidade e respeito, de forma que suas histórias de vida não sejam objeto de intervenção do Estado, de forma que possam se sentir acolhidos sem que alguém lhes digam o que é “certo” ou “errado” para suas vidas.

Dizer o que o outro deve fazer a fim de “cumprir” com os protocolos, não me parece ser o papel mais adequado para a promoção da proteção social no território. Entendo que ao agir nesta perspectiva “orientativa”, sem considerar a singularidade das trajetórias, não será capaz de fortalecer e garantir a permanência de vínculos comunitários mais sólidos, solidários afetivos e políticos.

Muito embora algumas pessoas possam desconsiderar o campo das afetividades e da subjetividade no seu fazer cotidiano, ele está permanentemente conduzindo a relação dos sujeitos, uns com os outros, e deles com o Estado e com as figuras que diretamente o representam ali no momento do atendimento, isto é, as(os) trabalhadoras(es) do SUAS, bem como das demais políticas públicas.

Proponho e defendo que os espaços de decisão, reflexão e trocas entre as trabalhadoras(es) sejam também possibilidades para que todas(os) – coletivamente - reconheçam as próprias limitações e contradições inerentes à cada prática, de forma que este momento possibilite, mais do que a definição das “melhores” estratégias, a oportunidade de movimentar o que antes parecia distante de qualquer mudança. Diante disso, defendo que possamos ter sensibilidade política e solidariedade cotidiana para que o processo de reflexão não nos leve ao fatalismo habitual das instituições.

A Assistência Social é feita por pessoas. Não podemos nos afastar desta dimensão ética e humana de nos reconhecemos enquanto pares, por mais que possamos divergir nas ideias e nas ações. Seremos a todo tempo contraditórios e cometeremos erros. Contudo, não se trata de querer negar essa dimensão inerente à condição humana. Acredito que, ao incorporarmos essas condições que nos produzem, principalmente, enquanto sujeitos desejantes muito mais do que executores de uma política, teremos a chance de avançar conjuntamente na construção de um projeto civilizatório capaz de nos tornar sujeito éticos. É fundamental que possamos nos perguntar conjuntamente, e também no que nos cabe na singularidade, o que queremos e

buscamos ser enquanto sujeitos que transitam pelo espaço de trabalho em uma política pública, mas que vivem, sobretudo, em sociedade. Como nos tornamos sujeitos éticos capazes de fazer escolhas e reconhecer nossas responsabilidades? Não seria capaz de produzir uma resposta pronta sobre o tema. Mas defendo que a possibilidade de refletirmos sobre o que queremos e o que buscamos, seja no espaço de trabalho ou em qualquer outro lugar que ocupamos, teremos a chance de experimentar um modo de viver potente e singular.

É a nossa capacidade de pensar e sentir que pode nos movimentar na execução do trabalho não como algo que se descola daquilo que somos. Mas porque há também a oportunidade de experienciar no espaço de trabalho uma vida mais potente e que nos coloca em constante movimento, bem como permite sentir e agir mais, ao invés de estarmos paralisados e nos habituarmos com o que está posto enquanto possíveis norma social para a forma como se entende e vive a vida. Normas estas que produzem discursos homofóbicos, racistas, misóginos, machistas e intolerantes às diferenças. Não podemos e não aceitaremos esses discursos para o nosso cotidiano. Trabalhar na Assistência Social e ocupar o mundo de maneira Ética significa, neste sentido, não aceitar e não ser conivente com a perpetuação destas violências.

Por fim, defendo que possamos preservar o otimismo de uma práxis ética que enxerga as sutilezas e a beleza da vida como um caminho que se percorre a partir da arte do encontro e do desejo pela vida. Podemos ser sempre de outra maneira, pois vida e trabalho, sentir e pensar, ser e estar serão sempre processos dialéticos, singulares e em constante movimento. Afinal, podemos e somos tão singulares que apenas nós mesmos podemos ser esta expressão no mundo, pois nessa trama subjetiva, ética e política, podemos entender que a vida enquanto lugar que se produz nos diferentes espaços é e será sempre um eterno por vir. É este posicionamento diante da vida que defendo. É a resistência cotidiana de lutar sem temer perante os desafios postos pela realidade. É o nosso desejo de compartilharmos e nos interessarmos pelas histórias de vida. É a defesa pelos direitos humanos. É a defesa da vida que nos protegerá dos caminhos sombrios dos fascismos e dos retrocessos, seja nas políticas públicas ou em qualquer lugar que estivermos. Seguiremos, portanto, com a coragem de lutar cotidianamente por uma sociedade mais justa e igualitária que se produz todos os dias e em todos lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHETTI, I. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005**. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Miséria, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Miséria (MDS), 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed.** – Brasília: MDS, 2013, 57p.

BRASIL, **Capacita SUAS (Caderno 1) - Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. **Capacita SUAS (Caderno 3) - Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1 ed. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: MDS, 2013.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, Mar. 2012.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006. 198 p.

COSTA, B. M. da. **Capital social e ações voluntárias da sociedade civil em Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2004.

CRUS, J. F. da [et al] (Org.). MDS. **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 1ª ed. Brasília: MDS, 2013, 248p.

CRUZ PRATES, J. CRUZ PRATES, F. A contribuição da pesquisa para o desenvolvimento de políticas sociais pelo poder local. **Revista Virtual Textos & Contextos**. nº 4, ano IV, dez. 2005.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**. Out: p.139-164, 2004.

DEDECCA, C. S. **A redução da desigualdade e seus desafios**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

DRAIBE, S. M. **O Welfare State no Brasil: características e perspectivas**. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), Universidade Estadual De Campinas (UNICAMP), 1993.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252 p. ISBN 85-85676-06-X. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREUD, S. **Análise terminável e interminável**. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 23, 1937). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12a Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Y. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. UNIOESTE – Campus Cascavel. Out, 2005.

HÖFLING, E.de M. Estado E Políticas (Públicas) sociais. **Cad. CEDES**. v.21 n.55, Campinas, nov. 2001.

ISOLDA, J. S.; Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. In **Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

IVO, A. B. L. A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 57-67, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Jan. 2019.

JACCOUD, L. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, MDS/UNESCO, p. 57-86, 2009.

LACAN, J. **O avesso da psicanálise** (1969-1970). Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/ Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MIOTO, R. C. T. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 3, ano III, dez. 2004.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, I. F. de; AMORIM, K. M. de. O. Psicologia e política social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 70, p.559-566, 2012.

PEREIRA, P. A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. MONNERAT, G. L. ; ALMEIDA, N. L. T. de; SOUZA, R. G. de (org.). Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 23-39.

POCHMAN, M. Proteção Social na Periferia do Capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 3-16, 2004.

PRATES, J. C. Gestão como Processo Social e o Processo de Gestão da Política de Assistência Social. In. MENDES, J.M; AGUINSKY, B. (org.) **Capacitação sobre o PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre. EDIPUCRS, p. 38-61, 2006.

RIZOTTI, M. L. A. A Construção do Sistema de Proteção Social no Brasil: avanços e retrocessos na legislação social. **Doutrinas Jurídicas**, v. 25, p. 11, 2006.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/ FAPESP, 2016.

ROSA, M. C. F; HELLMANN, A. (Org.). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. 320 p.

SANCHEZ, A. V. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SILVA, M. YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SIQUEIRA, A. de O. **Programa bolsa família: autonomia ou legitimação da pobreza?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. 107 f.

SOUZA, J. de. **A ralé brasileira: como é e como vive**. Colaboração de André Grillo et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade: uma revolução da consciência da cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XVIII, n.º 55, p. 9-38, nov.,1997.

SPOSATI, A. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, p. 96-122, 2006.

SPOSATI, A. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2007. 84 p.

SPOSATI, A. Vigilância Socioassistencial: condição para afirmação do direito socioassistencial no âmbito da proteção social distributiva. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas.

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. 2017.

TAPAJÓS, L.; RODRIGUES, R. W. da S. (Orgs). **Rede SUAS: gestão e sistema de informação para o Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007. 141 p.

TORRES, A. S. **Convívio, Convivência e Proteção Social: entre relações, reconhecimentos e política pública**. 1ª Ed. São Paulo: Veras Editora e Centro de Estudos, 2016.

VIANNA, M. L. W. **A americanização perversa da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas** (1998). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan: Ucam, Iuperj, 2011.

VIEIRA, E. **Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

YAMAMOTO, O. H; OLIVEIRA, I. F. de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 26, n. spe, p. 9-24,2010.

YAZBEK, M. C. Política social: assistência social e filantropia. In: CARVALHO, D. B. B. de (Org.). **Novos paradigmas da Política Social**. Brasília: UNB, Departamento de Serviço Social, 2002.